mática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

_____. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BORGES, Rosane. Das perspectivas que inauguram novas visadas. In: Bell

Hooks. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Editora Elefante,

2019. Prefácio. pp.7- 29

CAMPOS e FERES JUNIOR. “Ação afirmativa no Brasil: Multiculturalismo ou justiça social?” Disponível em:

https://www.scielo.br/pdf/ln/n99/1807-0175-ln-99-00257.pdf Acesso em: 21/04/2021.

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. 2. ed., 2a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRILLÓN, S. O direito de ler e de escrever. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.
COMPAGNON, A. Literatura para quê? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DADIE, G. A. G. S. Personagens negros, protagonistas nos livros de educação infantil: estudo do acervo de uma escola de educação infantil do município de

São Paulo. 2013. 172 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-18122014-103728/pub lico/GILMA

RA_APARECIDA_GUEDES_DOS_SANTOS_DADIE.pdf Acesso em: 16 jun 2015.

DUARTE, E.A. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. In: Estudos de Literatura Brasi leira Contemporânea, Brasília, n. 31. p. 11-23, jan./jun. 2008.

EVARISTO, Conceição. Becos da Memória. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

FILHO, Domício Proença. “A trajetória do negro na literatura brasileira”

Estudos avançados v. 18 n. 50 São Paulo jan./abr. 2004. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi

PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

VALÉRIA APARECIDA PAIXÃO DE ARAÚJO

RESUMO

As práticas educativas estão presentes em todas as etapas da educação, porém, é na educação infantil que as crianças têm o primeiro contato com a diversidade de atividades que são desenvolvidas nas unidades educacionais. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo descrever algumas especificidades da educação infantil bem como a importância das práticas educativas no desenvolvimento global das crianças atendidas nesta etapa da educação. Para isso, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica referenciada por pesquisa em sites especializados em artigos acadêmicos, bem como leitura de documentos oficiais disponíveis em sites específicos. Sendo assim, espera-se contribuir com dados relevantes ao percurso traçado pela educação infantil

até os dias atuais e como a relevância das práticas educativas utilizadas tendo como foco a criança.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil; Docência; Práticas educativas.

INTRODUÇÃO

A educação infantil é a primeira etapa da educação e atende bebês e crianças de 0 a 3 anos nos Centros de Educação Infantil (CEI) e 4 e 5 anos nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), na Cidade de São Paulo.

É nessa fase que as crianças iniciam sua trajetória, porém, de uma forma lúdica, começa a explorar tudo ao seu redor e que pode implementar o seu desenvolvimento em todos os aspectos: cognitivo, afetivo e social. Nesses espaços as crianças encontram diversidade de materiais, atividades que envolvem dança, música, teatro, contação de histórias, entre outras atividades que estimulam a imaginação e a criatividade.

Desse modo, os professores que atendem essas crianças devem ter como foco principal o desenvolvimento global da criança e, para que isso aconteça, necessita possuir conhecimentos sobre as diversas práticas educativas que permeia todos os campos dos saberes e estão de acordo com os documentos oficiais que estão presentes em toda a trajetória das crianças até o ensino fundamental.

Esse estudo tem como objetivo descrever algumas especificidades da educação infantil bem como a importância das práticas educativas no desenvolvimento global das crianças atendidas nesta etapa da educação. Por isso, foram abordados tópicos que descrevem o surgimento e a legislação da educação infantil; o binômio entre o cuidar e educar e a função do educador e as práticas pedagógicas na educação infantil.

Sendo assim, espera-se que esta pesquisa possa auxiliar na compreensão de profissionais da educação sobre a importância de implementação de práticas educativas que auxiliam no desenvolvimento das crianças e sua preparação para dar seguimento a sua trajetória no ensino fundamental.

O APARECIMENTO DAS ENTIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Começando do entendimento de que toda maneira de educação convencional foi e é composta por seres humanos e como tal, desempenha uma função importante na vida e na formação das crianças, no decurso dos tempos e na atualidade esta maneira de educação que conhecemos não consiste por acaso, ela é consequência de uma insistente luta social e política bem como de incontáveis incentivos teóricos, como evidência o documento oficial do Ministério da Educação:

A educação de crianças pequenas em estabelecimentos educacionais integrantes do sistema de ensino assim como o concebemos hoje é uma construção histórica para a qual contribuíram para incontáveis pensadores, educadores e pesquisadores de vários campos do conhecimento, a psicologia do desenvolvimento, a biologia, a medicina, a pedagogia, a sociologia, a antropologia, as artes, a neurociência, estadistas, políticos e diri-

gentes de organizações governamentais e não governamentais. (BRASIL, 2013, p.15).

A começar deste quadro textual, torna-se imprescindível o entendimento de como este ensino convencional, em especial a educação infantil, se concebe no decorrer dos tempos e quais constituem os avanços importantes na educação da criança pequena, especialmente no que se refere aos métodos pedagógicos, prevendo que para entendermos a realidade atual do cenário educacional, será preciso uma análise do passado, e projetarmos nosso olhar retrospectivo aos fatos que ocorreram há muito tempo.

Dessa forma, com a indústria contemporânea a estrutura social em vigor, foi exageradamente alterada, igualmente as práticas e rotinas das famílias. Contudo, segundo alguns autores e o crescente envolvimento dos pais nas indústrias, as mães que necessitavam trabalhar e que não tinham com quem deixar os seus filhos, passaram a usar as funções das — mães mercenárias, mulheres que escolhem não trabalhar nas fábricas para encarregar-se dos filhos de outras mulheres, negociando desta maneira sua mão de obra como zeladoras.

Com a sucessiva busca dos trabalhos dessas mulheres, apareceram outras maneiras de adaptações mais convencionais para as crianças, como práticas de canto, memorização de rezas, contudo, como não possuíam uma proposição educacional protocolar, elas apoiavam também práticas de bons hábitos e sistemas morais em suas atividades (PASCHOAL e MACHADO, 2009), de outra forma, ampliaram os maus tratos para com as crianças, por razões da incapacidade das mulheres cuidadoras.

Dessa maneira, os maus tratos, as doenças e a indiferença para com as crianças, acabou se tornando algo tão costumeiro na sociedade moderna que alguns indivíduos decidiram, por benevolência auxiliar as crianças que se achavam nas ruas, hospedando e protegendo-as (PASCHOAL e MACHADO, 2009). Assim, através desta decisão humanitária e social, aparecem as primeiras entidades voltadas para a criança pequena, como declaram as autoras:

As primeiras instituições na Europa e Estados Unidos tinham como objetivos cuidar e proteger as crianças enquanto às mães saíam para o trabalho. Desta maneira, sua origem e expansão como instituição de cuidados à criança estão associadas à transformação da família, de extensa para nuclear. (...) As creches, escolas maternais e jardins de infância tiveram, somente no seu início, os objetivos assistencialistas, cujo enfoque era a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças. (PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.80-81).

Não obstante o início dessas entidades se encontrasse mais voltado para ações assistencialistas e de tutela como declara Paschoal e Machado (2009), essas entidades também se importaram com assuntos educacionais ao se mostrarem como pedagógicas desde seu princípio.

À proporção que as indústrias se modernizavam e que a inclusão da mulher no mercado de trabalho se expandia, a busca pelas atividades das instituições infantis cada vez mais aumentavam, e com isso as manifestações feministas a favor

de um ensino (creches e pré-escola) que beneficiasse todas as mulheres (mães) trabalhadoras, apesar das situações sociais, ampliava.

Diante disso, observa-se que as evoluções ao redor da Educação Infantil, especialmente no Brasil, aconteceram de maneira lenta e instável, tendo em vista que o conhecimento e conceito de criança e infância não eram bem robustos e determinados, sendo a criança idealizada como um ser sem muita relevância, sem valor intenso de ser humano, com isso, raros eram os que apoiavam e entendiam o real sentido da Educação Infantil, que enxergavam nesse método educacional a relevância para a evolução total da criança pequena nas perspectivas sociais, físicas, cognitivas, entre outros objetivos, como consta do documento do Ministério da Educação ao declarar que:

Durante décadas, o avanço dos jardins de infância foi travado por uma polêmica entre os que propunham a instalação daquelas instituições educacionais e os que defendiam que o cuidado da criança pequena era papel da família; entre os que viam nos primeiros anos de vida um período importante para a educação e os que achavam que não se devia gastar dinheiro público nessa idade, e sim investi-lo no ensino primário universal. (BRASIL, 2013, p.21).

E no que se aludem aos métodos pedagógicos, estas, especialmente em nosso país, foram definidas com o caráter assistencialistas e compensatório, direcionadas para pontos de higienização, alimentação e cuidados físicos, além de ser praticada com diferenciação de classe social, sendo priorizada o ensino da classe mais opulenta, como também não possuíam nenhuma apreensão nos quesitos pedagógicos, profissionais, nem tampouco de aplicações nesta área educacional, até mesmo com a infraestrutura das entidades que acolhiam a criança pequena, entre outros tópicos.

Essa verdade só começa a ser alterada pela movimentação, solicitação e conscientização dos distintos níveis da sociedade civil, como também, a começar da colaboração dos diversos estudiosos das diferentes áreas da ciência, indivíduos que outorgaram e empregaram o seu tempo com o objetivo de colaborar com a história da educação. Muitos deles mesmo sem disposição no setor pedagógico, mas que foram parte e contribuíram para a composição do que hoje definimos de Educação Infantil.

Assim, a começar do movimento social e colaboração dos distintos teóricos, todos envolvidos e com uma enorme inquietação – com acolhimento de valor a todas as crianças desde o nascimento, não obstante do nível social a qual pertence – dá-se, então, início a um sistema de normatização da atividade pedagógica no contexto da legislação nacional.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

As vitórias e os progressos em torno da Educação Infantil não ocorreram sem confrontos, debates e reflexão, uma vez que, foi necessário a batalha e requisição inicialmente das mães operárias, e, por consequência, ao longo dos tempos diversos níveis da sociedade civil interligaram-se em favor do trabalho e assistência

a todas as crianças, independente da sua condição social, esta, tendo que ser regimentada na legislação brasileira como o direito da criança ao ensino de valor desde a sua existência.

A Constituição Federal de 1988, passou a ser um marco definitivo no que concerne à criança pequena, tipificando para toda a sociedade, principalmente à Educação infantil, —uma valiosa contribuição na garantia de nossos direitos, visto que, por ser fruto de um grande movimento de discussão e participação da população civil e poder público, (PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.9), concedeulhe os direitos da criança no Brasil, transformando-as indivíduos de direitos. Além de representar para a Educação Infantil, —uma enorme abertura na política educacional do país, ao considerá-la como direito da criança e da família e dever do Estado (ALVES, 2011, p.9), de obedecer, cuidar e aprovar que esse direito seja afiançado e resguardado.

A Educação Infantil permaneceu tendo ênfase não só na Constituição Federal de 1988, no ECA de 1990 e nas Políticas Nacionais, mas, também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que ao versar da formação dos níveis escolares, começa a incluir na educação básica a Educação Infantil, realçando-se em seu art. 29º.

A Educação Infantil, não obstante de ser um direito da criança, um dever do Poder Público e discricionário à família, a educação da criança pequena tem que ser uma precaução e compromisso não só das famílias, mas uma prevalência de toda sociedade, uma vez que o ensino convencional, em particular a Educação Infantil, deve beneficiar não só a evolução psíquica, intelectiva, social etc. da criança, mas ser um ambiente de socialização e progresso do saber, possibilitando também a comunicação e convívio com o outro, tanto com seu pares quanto com o universo do qual fazem parte.

O percurso da Educação Infantil na legislação brasileira, revela que o ensino infantil alcançou diversos progressos no que condiz ao direito da criança ao ensino de qualidade, contudo, foi circunscrita também por involuções, como relatam Paschoal e Machado (2009):

Se muitos foram os avanços previstos na legislação, inversamente, muitos retrocessos acompanham a trajetória histórica dessas instituições, já que, do ponto de vista prático, o trabalho realizado no interior de muitas delas se restringe mais aos cuidados físicos relacionados à higienização e à alimentação do que propriamente um trabalho voltado aos aspectos educativos. A alta rotatividade no emprego, a falta de opção em relação a outros serviços, a baixa assiduidade e as características individuais de personalidade de cada profissional também interferem nesse processo. Pesquisas recentes apontam que o cansaço físico dos professores é muito acentuado, porque o trabalho coma as crianças menores exige muita habilidade física e preparo emocional. (PASCHOAL e MACHADO, 2009, p.90).

Em contrapartida, sabe-se que as leis e as políticas públicas direcionadas para a Educação Infantil só fortaleceram e firmaram aquilo que a sociedade tanto batalhou, e como tal, a despeito dos muitos espaços e dos enormes desafios no que se refere a um ensino de qualidade, vem

colaborar e auxiliar para que as entidades produzidas pelos docentes, educadores sociais, diretores e até mesmo gestores de organizações de ensino, consigam colocar no trabalho cotidiano nos vários âmbitos educacionais, os métodos, regras, objetivos, critérios presentes nestes registros formais.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E O BINÔMIO EDUCAR E CUIDAR

Os vocábulos —educar e cuidar vêm acarretando, no cenário da Educação Infantil, muitos debates entre educadores, estudiosos e nos documentos formais, aflorando convicções definidas por muitas imprecisões e dicotomias.

A começar da inclusão das políticas públicas no reconhecimento da Educação Infantil, determinando melhorias no suporte e ampliação na oferta de vagas, bem como, nas perspectivas pedagógicas, curriculares e metodológicas, tais políticas trouxeram uma nova compreensão em volta das creches e pré-escola no concernente ao binômio educar e cuidar, convertendo-se não só o propósito da educação da criança pequena, mas a sua característica.

Esse super reconhecimento do —educar, por parte do educador em relação a tão só expor conhecimento pedagógicos constantes no currículo escolar está relacionado a um projeto hierárquico (TIRIBA, 2005). Contudo, enquanto os docentes da educação infantil fazem esta divisão de educar e cuidar, para a criança não há este diferencial, pois para ela o instante da higiene, da alimentação e do banho não tem distinção, é tão indispensável quanto o momento desenvolvido em sala de aula, como até mesmo no pátio no decorrer dos exercícios recreativos. Além de também não distinguir quem ensina e quem cuida, começando a chamar de tia todos os profissionais com quem se relaciona cotidianamente.

O fato de vários educadores não entenderem as suas prerrogativas, e suas funções enquanto educadores infantis, que além de instruírem, cuidam, está associada a compreensão de que esta ação —cuidar é alusiva ao corporal e ao doméstico, que se imortalizou por muitos anos como prática de caráter auxiliar ou guarda. Com o decorrer dos tempos esse vocábulo foi substituído pelo que hoje definimos como _cuidar‘. (TIRIBA, 2005).

Para tal, suplantar esta dicotomia entre o educar e cuidar em torno da Educação Infantil, propõe que os docentes renunciem a suas ações hierárquicas, dessa divisão entre o educar e o cuidar, começando a entender melhor o significado do termo —educar, não igualando-a e justificando o seu papel somente a saberes próprios do currículo escolar, como uma ação prefacial para os outros ensinos. Assim, como entender melhor o vocábulo —cuidar, não o vendo como uma prática inferior à capacidade do professor infantil.

[...] a ética do cuidar não se fundamenta num conceito de moralidade centrado em direitos, mas em compromisso com a manutenção e a promoção das relações em que se está inserindo [...] cuidar é uma ação/atividade que afeta tanto quem cuida como quem é cuidado. Vêm daí, provavelmente, o profundo envolvimento e a satisfação dos profissionais de educação infantil com o seu trabalho: a re-

lação estreita com as crianças e a atenção e o afeto que dedicam a elas provocam respostas infantis que funcionam como elementos realimentadores, mobilizadores, transformadores de si próprias, de sua subjetividade. (TIRIBA, 2005, p.82-83).

É na Educação Infantil que a criança alcança os primeiros aprestos para o convívio social, que tem os princípios fundamentais morais como também, por meio de práticas apropriadas que criam e recriam saberes, aperfeiçoam suas habilidades intelectivas e motoras, e assim possibilitam seu progresso total e sua inclusão no âmbito público que a tornará integrante da sociedade em que existe e age.

A FUNÇÃO DO EDUCADOR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com a disseminação da Educação Infantil no Brasil, em que as entidades educacionais direcionadas para a criança pequena exibem desde a sua resolução uma natureza assistencialista, os educadores deste gênero de ensino ofereciam em si a encargo somente de substituição e crescimento da figura materna.

Vencer este conceito de grandeza da figura materna atracada ao encargo do educador equivale ao fato da Educação Infantil converter o perfil assistencialista no qual se fundamentou, pela essência pedagógica, empregando tanto nas sugestões pedagógicas e curriculares, quanto em habilitação dos profissionais que atuam com essa faixa de idade, tendo em meta que, muitos estudos demonstram que, ainda hoje, há muitos profissionais que não possuem sequer uma habilitação escolar mínima para trabalhar nesta categoria de ensino.

Dessa maneira, salientamos a relevância do papel social do educador, partindo da sua habilitação social, evidenciando que, a formação preliminar passa a ser uma das colunas relevantes para a prática da docência, na intenção de colaborar para que o educador possa elaborar cotidianamente a sua ideia a respeito do propósito da profissão, isto é, criar a sua identidade profissional.

Sendo assim, a —formação docente não pode ser vista apenas como um processo de acumulação de conhecimentos de forma estática, como cursos, teorias, leituras e técnicas, mas sim como a contínua reconstrução da identidade pessoal e profissional do professor. (SILVA e GUIMARÃES, 2011, p.14).

Este sistema de qualificação precisa, assim, vincular-se aos saberes, ações, caráteres e valores presentes de maneira obrigatória nas próprias experiências, as quais tornam-se uma representação relevante no fazer educacional.

Todavia, não basta tão somente que os professores possuam apenas saberes, é imprescindível que tenham tanto saberes quanto competências, pois: Saberes são conhecimentos teóricos e práticos necessários para o exercício profissional, competências são as qualidades, capacidades, habilidades e atitudes relacionadas aos conhecimentos teóricos e práticos e que permitem o exercício adequado da profissão. (LIBÂNEO, apud SILVA e GUIMARÃES,

2011, p.15).

Desse modo, o docente enquanto profissional da educação é um erudito em sistema constante de formação; precisa fazer da sua vivência real, experienciada rotineiramente por entre os muros escolares, a meditação contínua da sua atividade docente com os conhecimentos pedagógico. Assim, é necessário que a formação de valor dos responsáveis da Educação Infantil compreenda desde a perspectiva social e cultural das crianças, reconhecendo os saberes iniciais que dispõem quanto as peculiaridades da infância.

A habilitação dos docentes da Educação Infantil deve alcançar a particularidade da criança, isto é, —deve considerar o fundamental da natureza da criança que é a ludicidade, entendida na sua perspectiva de liberdade, prazer e do brincar enquanto condição básica para promover o desenvolvimento infantil. (SILVA e GUIMARÃES, 2011, p.14).

É a começar da ludicidade que os educadores podem através de observação, integrar uma visão dos sistemas de progresso da criança, tanto particularmente como grupalmente, indicando as competências linguísticas, social, devotada e emocional que possuem.

O lúdico na Educação Infantil é tão necessário quanto os saberes intrínsecos, no que se refere ao método de progresso e aprendizagem da criança, pois promove o convívio da criança com outros indivíduos, possibilita que a criança se assenhore de informações sobre si mesma e sobre o universo em que habita.

Considerando que é na Educação Infantil que a criança manifesta suas primeiras experiências, este profissional tem uma função relevantíssima nessa primeira fase na vida da criança, necessitando assim, estar compromissado com sua atividade educativa, sendo capaz de atender às exigências inerentes aos cuidados e aprendizagens da criança, já com relação aos familiares, este é um ser um mediador entre a criança e o instrumento de saber.

Atuar como professor na Educação Infantil requer ações consideráveis que propiciem uma aprendizagem apropriada, possibilitando resultados adequados na vida das crianças e demanda, do professor, uma conduta ativa no sistema de ensino-aprendizagem, cujo preceito condutor é baseado na informação dos proveitos e necessidades de cada criança.

Nessa visão, a ação de instruir as crianças é desenvolvida com apoio em uma atividade educativa apropriada, considerando que a relação educação/infância deve ser um método cultural, no qual o ensino, por meios proativos, leve a criança a desenvolver relações de respeito recíproco, solidário, igual e autônomo.

Sendo assim, é dever do professor, na Educação Infantil, julgar como ponto de partida para sua atividade educadora os saberes que as crianças condensaram por meio das suas vivências sociais, afetivas e intelectuais a que estão reproduzidas em sua rotina, evidenciando os conhecimentos preparatórios, determinando técnicas didáticas e ágeis para possibilitar o progresso e, por consequência, a aprendizagem.

Portanto, tanto as escolas como os professores da Educação Infantil têm que estar desperto de sua relevância para a constituição da personalidade da criança,

pois:

A educação infantil caracteriza-se em ações complementares de cuidados e educação, tendo como suporte as propostas pedagógicas que levem em consideração a criança como um ser completo em suas dimensões cognitivas, afetivas, psicomotoras e sociais. A prática docente na educação infantil deve ter como ponto de partida a concepção de criança enquanto ser histórico-social, ativo no processo de construção do conhecimento. (BARBOSA et al., 2011, p.16).

É necessário que as ações educativas propiciem às crianças a obtenção de informações necessárias para o seu progresso total, considerando que a aprendizagem nessa fase deve ser produzida em um espaço lúdico, apropriado à sua idade educativa, por meio de práticas dinâmicas que abranjam brincadeiras, jogos e práticas pedagógicas – exercícios que propiciem convívio e brincadeiras entre as crianças em seu cotidiano em sala de aula.

Compreende-se que a Educação Infantil é de enorme relevância para o progresso total das crianças, devendo ofertar possibilidades para as aprendizagens que acontecem nas brincadeiras e nas circunstâncias pedagógicas propositais, bem como as aprendizagens elaboradas e escolhidas pelos professores.

Conforme o RCNEI, as atividades educacionais precisam ser de qualidade e devem possibilitar oportunidades necessárias para a prática da cidadania das crianças brasileiras. Vale salientar que a relevância dos direitos das crianças a despeito da sua cultura e condição socioeconômica, pois a prática da cidadania tem que estar alicerçada em alguns fundamentos legais.

A propositura curricular para um sistema ensino-aprendizagem de qualidade decorre, especialmente, da prática dos professores nas escolas, pois, é por meio de suas atividades pedagógicas, que precisam ser elaboradas e divididas com seus pares e outros profissionais, que influirão nos programas educacionais das instituições.

Pode-se observar que as instituições escolares populares, a exceção de algumas reservas, não estão adequadas para acolher à etapa infantil dos estudantes, já que, falta condição física, tais como: parques infantis, brinquedos, livros, materiais lúdicos e professores qualificados.

Assim, o propósito da Educação Infantil não se restringe somente a colocar a criança pequena na escola, mas —deve propor um espaço de cuidado e educação, de construção de saberes e sentidos outros, de construção de símbolos que valorizem e deem voz às crianças, respeitando suas culturas e formas singulares de ser e estar no mundo. (BARBOSA et al., 2011, p.29).

Dessa forma, a função do professor no sistema ensino-aprendizagem não se resume, tão somente, a disseminar atividades, mas sugere provocar a criança a permanecer refletindo para encontrar sua identidade e construir sua personalidade. Especialmente na Educação Infantil, a criança vai estar, em grande parte de seu tempo na companhia do professor, que será como um reflexo para ela.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), também

revelam que as instituições de Educação Infantil precisam gerar métodos para assistência da atividade pedagógica e para avaliação do progresso das crianças, sem propósito de seleção, promoção ou classificação, isto é, o professor tem que desenvolver uma avaliação ininterrupta conforme com a evolução das crianças.

Sendo assim, pode-se comprovar que uma ação pedagógica que assista aos princípios, tem que ser bem programada e construída para se alcançar os propósitos almejados e, sobretudo, no reconhecimento da criança como ser único. Os princípios morais, precisam estar em primeiro lugar, pois o comprometimento com a educação e a sociedade escolar são algumas particularidades imprescindíveis a um professor.

Infelizmente, além de todas essas atividades pedagógicas que o professor encontra, há a parcela da depreciação do profissional que é um ponto vigente na sociedade brasileira, o mesmo, não tem seu trabalho respeitado, falta uma política salarial digna, enfim, condições para que se produza uma ação aceitável. E todos esses —pontos resultam nas suas práticas em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da pesquisa propiciou e ampliou o conhecimento de características relevantes sobre a importância de práticas educativas planejadas tendo como objetivo o desenvolvimento global das crianças atendidas na educação infantil.

Foram abordados tópicos relevantes como: o surgimento da educação infantil que demonstra que as crianças eram tratadas como adultos em miniatura ou não tinham atendidas suas necessidades principais, em uma época em que as mães que, para trabalhar nas indústrias, eram obrigadas a deixar seus filhos com —cuidadoras. Com o surgimento da educação infantil, como modalidade de ensino, essa realidade começou a ser modificada. Para isso, foi criada uma legislação específica para a Educação Infantil que tem sido ampliada por documentos oficiais federais e municipais, nos quais são fundamentadas especificidades da educação infantil, enquanto primeira etapa da educação.

Outro tema abordado e muito relevante foi a importância das práticas educativas desenvolvidas que devem ter como princípios o desenvolvimento das crianças em todos os aspectos, principalmente, no que se refere a cidadania. Ressaltando também a importância da formação do professor que atende essa faixa etária, pois este, deve estar com um olhar voltado para as necessidades da criança.

Salientando que isso não tem a ver com o termo —cuidar, pois na educação infantil o

—cuidar e educar são complementares e indissociáveis.

Sendo assim, espera-se que esta breve pesquisa possa ampliar o conceito das práticas educativas na educação infantil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bruna Molisani Ferreira. Infância e Educação Infantil: aspectos históricos, legais e Pedagógicos. Revista Aleph Infâncias, ano V, n. 16, p. 9, 2011.